

Guterres visita o Congresso

O primeiro-ministro de Portugal, Antonio Guterres, acompanhado de numerosa comitiva, visitou ontem o Congresso. No Senado, ele foi recebido pelo presidente da Casa, José Sarney, e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores, Antonio Carlos Magalhães, além dos senadores Bernardo Cabral, Eduardo Suplicy e Benedita da Silva.

Página 2



Jáder Barbalho atribui denúncia a represália por sua posição na CPI

Senador, que recebeu solidariedade em plenário, não teve nome citado no relatório de fiscalização sobre o Banpará. Caso gera discussão sobre mudança na Lei de Imprensa

CAE quer posição do plenário sobre recusa de banqueiros

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Gilberto Miranda, decidiu encaminhar ao presidente do Senado, José Sarney, requerimento propondo a realização de uma sessão secreta para que o plenário da Casa decida o que fazer diante da recusa dos ex-controladores do Banco Nacional, Eduardo e Marcos Magalhães Pinto, em comparecer à CAE. Ontem, a comissão ouviu os depoimentos do presidente e do diretor da empresa que fazia auditoria nos balanços do Nacional. **Página 5**

Comissão vai debater políticas para cidades

A Comissão Especial do Habitat-2, instalada ontem, elegeu os senadores Coutinho Jorge (PMDB-PA) e Júlio Campos (PFL-MT) para os cargos de presidente e vice. Para relator, foi escolhido o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). A comissão tem o objetivo de "acompanhar as propostas, as teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na



Coutinho

Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat-2), prevista para ser realizada em Istambul, Turquia, entre os dias 3 e 14 de junho.

Após a eleição, a comissão definiu o programa de audiência de especialistas em urbanização, que começará a ser desenvolvido já a partir das 11h de hoje. Os primeiros convidados são a secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, Maria Emília Rocha Mello, e a conselheira Marcela Nicodemus, do Ministério das Relações Exteriores.

O líder do PMDB, senador Jáder Barbalho (PA), atribuiu aos "poderosos" que não querem a CPI dos Bancos e pretendem intimidar o Congresso a divulgação de denúncias de irregularidades que teriam sido cometidas no Banco do Estado do Pará (Banpará) em 1984, quando ele era governador do estado. Jáder iniciou sua defesa com a leitura de uma carta do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, informando que nas conclusões da fiscalização o nome do senador não é sequer mencionado. Durante o seu discurso, Jáder recebeu a solidariedade de senadores de diferentes partidos, que defenderam mudanças na Lei de Imprensa. **Página 3**

Sarney recebe primeiro-ministro de Portugal

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do primeiro-ministro de Portugal, António Guterres, que, acompanhado de numerosa comitiva, veio ao Congresso para reafirmar o interesse de seu país em estreitar cada vez mais os laços com o Brasil.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, o senador

Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) participou da recepção à comitiva, assinalando como "particularmente importante" a demonstração de apreço ao Brasil dada pelo novo primeiro-ministro português. Recentemente empossado no cargo, Guterres fez questão de escolher o Brasil como roteiro de sua primeira viagem oficial ao exterior.



Guterres, ao lado de Sarney: primeira viagem oficial ao exterior

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Benedita da Silva (PT-RJ) também acompanharam o presidente do Senado na recepção ao primeiro-ministro de Portugal. Antes de se dirigir ao Se-

nado, Guterres visitou o presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães. Após a recepção oficial, a comitiva portuguesa foi homenageada pelo senador José Sarney com almoço no restaurante do Senado.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

- 10h** - Despachos internos.
12h - Recebe o governador do Rio Grande do Sul, Antonio Britto.
14h30 - Preside Sessão Ordinária Deliberativa do Senado.
15h - Recebe o ministro extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento.
18h - Participa da cerimônia de aposição do retrato do senador Mauro Benevides na Galeria de ex-presidentes do Senado Federal. Local: Salão Nobre do Senado Federal.
18h30 - Participa do lançamento do *CD Rom de Normas Jurídicas* (Base de Dados - NJUR e Bibliografia Brasileira de Direito - BBD). Local: Salão Nobre do Congresso Nacional.

PLENÁRIO

- 14h30** - Sessão Ordinária Deliberativa do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***Mensagem nº 405/95**, submetendo à deliberação do Senado a escolha de Alfredo Peres da Silva para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de suplente de ministro classista temporário; ***Mensagens nºs 124, 125, 126, 127 e 129/96**, submetendo à deliberação do Senado os nomes dos diplomatas Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos, exercer a função de embaixador do Brasil no Catar; Carlos Alfredo Pinto da Silva para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil em Barbados, exercer a de embaixador do Brasil em São Cristóvão e Nevis; Mário Augusto Santos para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer a de embaixador do Brasil na República de Uganda; Cláudio Luiz dos Santos Rocha para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã; e Francisco de Paula Almeida Nogueira Junqueira, para exercer a função de embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos e, cumulativamente, a de embaixador do Brasil em Belize.

COMISSÕES

- 10h** - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de projetos. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PEC nº 52/95**, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; ***PEC nº 64/95**, que trata da ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho e do cumprimento das obrigações trabalhistas do empregador para com o empregado rural; ***PEC nº 57/95**, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de Tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; ***PEC nº**

53/95, que dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; ***PEC nº 41/95**, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; ***PEC nº 44/95**, que trata do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; e ***PLC nº 150/92**, que proíbe a entrada e a navegação de embarcações com carga de plutônio ou resíduos radioativos no mar territorial e na zona econômica exclusiva brasileira. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública destinada a instruir a votação do Projeto nº 67/95, que regulamenta a prática da acupuntura - participarão representantes do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Nacional de Saúde, da Associação Brasileira de Estudos de Medicina Alternativa e da Associação Brasileira de Acupuntura. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Especial destinada a acompanhar as propostas, as teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat 2, que será realizada em Istambul, no período de 3 a 14 de junho de 1996.

Pauta: Exposição da Secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, Maria Emília Rocha Mello, e da conselheira do Ministério das Relações Exteriores, Marcela Nicodemus. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA AMANHÃ

PLENÁRIO

Quinta-feira (18.04.96)

14h30 - Sessão Ordinária Deliberativa do Senado

Pauta: ***PLS nº 63/95**, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a Renda dos detentores de cargos eletivo ou diretivo na administração pública; e primeiro dia de discussão em segundo turno da ***PEC nº 61/95**, que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

COMISSÕES

Quinta-feira (18.04.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes, acerca dos empréstimos concedidos com garantia de CDI (Certificados de Depósito Interbancário) por aquela instituição financeira. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: o Projeto de Lei que dispõe sobre a mineração em terras indígenas e o que cria a área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Líder do PMDB recebe apoio de 22 senadores

Jáder Barbalho recebeu a solidariedade de 22 senadores, inclusive de líderes de outros partidos. Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ter certeza de que o Congresso Nacional vem sendo atacado para desviar a atenção das falcatruas dos bancos e da tentativa do Senado de criar uma CPI para investigar o sistema financeiro.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que o Congresso aprofunde o debate sobre a Lei de Imprensa que está tramitando na Câmara. "Uma pessoa é colocada pela mídia no rol dos culpados, há o desmentido e fica por isso mesmo", afirmou. O próprio Jáder Barbalho disse que não se animava a recorrer à Justiça, pois com a atual lei não há reparação. Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que o jornalista e apresentador Boris Casoy tem dito que não se faz uma boa imprensa ouvindo só um lado envolvido numa denúncia.

Já Gilberto Miranda (PMDB-AM) contou que os líderes partidários retiraram há poucos dias o pedido de urgência para tramitação da nova Lei de Imprensa na Câmara depois que donos de jornais vieram a Brasília e tiveram uma reunião com o presidente da República. Entre os senadores de outros partidos que apoiaram Barbalho, estão Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, Valmir Campelo (DF), líder do PTB, Sebastião Rocha (PDT-AP), Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, Elcio Álvares (PFL-ES), líder do governo, José Ignácio (PSDB-ES) e José Bonifácio (PPB-TO).

Jáder desmente jornal e afirma que acusação foi encomenda de poderosos

"Meu nome não foi citado em dossiê algum do Banco Central. Essa senhora (a repórter) cometeu uma levianidade", garante senador

O senador Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, desmentiu ontem, em discurso, matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no último domingo, onde afirma que a Procuradoria-Geral de Justiça do Pará engavetou dossiê do Banco Central envolvendo o senador em desvio de dinheiro do Banco do Estado do Pará, em 1984. "Meu nome não foi citado em dossiê algum do Banco Central. Essa é uma matéria encomendada, como se faz encomenda de pistolagem. O Ministério Público foi ouvido e se manifestou. Essa senhora (a repórter) cometeu uma levianidade", afirmou.

Antes de iniciar sua defesa, Jáder Barbalho leu uma carta que o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, lhe enviou anteontem (dia 15). Na carta, Loyola diz que, "no encaminhamento ao Ministério Público das conclusões do relatório de fiscalização realizada durante o ano de 1990 na sede do Banco do Estado do Pará, não é mencionado o nome" do senador e ex-governador.

O senador explicou que o fato ocorreu em 1984 e, seis anos mais tarde, quando o parlamentar estava na oposição, seus adversários políticos "tentaram montar um processo caricato". Apesar de seu nome não constar do processo, uma delegada do Pará tentou ouvir Jáder Barbalho às vésperas das eleições de 1990. "Tentaram montar uma farsa para atingir minha honra e, com isso,

meus adversários obteriam lucros eleitorais", afirmou.

- Agora, estamos vendo os poderosos tentando me atingir e intimidar o Congresso. Os poderosos são aqueles que não querem a CPI dos Bancos. Eu cometi a inconveniência de defender a CPI e de denunciar as relações promíscuas entre dirigentes do Banco Central e do sistema financeiro. Cometi a inconveniência de criticar os bilhões gastos para salvar bancos enquanto as pequenas empresas do país vão à falência - disse.

O líder do PMDB lamen-



Jáder: "Tentaram montar uma farsa"

to que poderosos, como os irmãos Magalhães Pinto, ex-donos do Banco Nacional, afrontem o Congresso quando mandam seu advogado declarar à imprensa que eles não vão comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para qualquer depoimento sobre as fraudes cometidas por dez anos seguidos pelo banco.

"Congresso deve ter coragem de fazer nova Lei de Imprensa"

Apesar de atingido pelas notícias, Jáder Barbalho defendeu a liberdade para a imprensa. "Não quero essa liberdade para um senador fazer a defesa de sua honra, mas para pessoas comuns, que podem ser destruídas por notícias irresponsáveis e levianas".

Para o senador, "o Congresso deve ter a coragem de fazer uma nova Lei de Imprensa que responsabilize donos de jornais e jornalistas por levianidade. É claro que durante uma semana o Congresso vai apañar, mas a sociedade

ficará protegida do poder da imprensa", afirmou.

Ele citou o caso da Escola de Base de São Paulo, cujos donos tiveram o estabelecimento depredado, foram caluniados e até presos sob acusação de abuso sexual, e, no final, inocentados. Barbalho leu trechos das reportagens publicadas na época sobre a Escola de Base, concluindo pela leitura de matéria com o título "Tragédia de enganos". O senador citou o caso para mostrar como a imprensa contribuiu para destruir a vida de três casais.

Osmar insiste em saber verdade sobre Banespa

Senador anuncia na Comissão de Assuntos Econômicos que vai pedir ao plenário que aprove pedido das informações que governo considera protegidas por sigilo bancário

O senador Osmar Dias (PR) anunciou na Comissão de Assuntos Econômicos que vai pedir ao plenário que aprove seu requerimento de informações sobre o Banespa. Isso porque o ministro da Fazenda, Pedro Malan, informou à CAE que parte dos dados requeridos por Osmar Dias está protegida pelo sigilo bancário, e somente poderá ser encaminhada ao Senado após a votação da matéria pelo plenário, não bastando a aprovação do requerimento pela Mesa.

A subcomissão que examina o caso Banespa estava reunida no início da noite de ontem com o diretor de Normas do Banco Central, Alkimir Moura, para obter maiores informações sobre o assunto.

DEBATE

A questão do Banespa foi discutida na reunião da CAE por vários senadores. Wilson Kleinübing (PFL-SC), por exemplo, questionou o envolvimento da comissão no as-

sunto, destacando que a CAE tem muitas tarefas importantes a cumprir, como a regulamentação do art. 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro.

EMPRÉSTIMOS

O presidente da comissão, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), respondeu que foram emprestados, "bem ou mal, 15 ou 17 bilhões de dólares, e cabe à CAE saber absolutamente tudo sobre isso".

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) disse que o Senado tem o direito de analisar a consistência do crédito, e anunciou que vai votar contra o acordo do Banespa porque não concorda com "o negócio que o estado de São Paulo quer fazer às custas do contribuinte brasileiro".

Osmar Dias disse que, se o Senado aprovar o acordo, o Brasil inteiro vai pagar duas coisas: o desenvolvimento de São Paulo e muitas irregularidades cometidas.



Osmar: Brasil todo paga pelo acordo

Kleinübing anunciou ser contrário ao princípio da emissão de títulos públicos. Disse que, em nove meses, as

dívidas estaduais em títulos públicos cresceram 9 bilhões de dólares, e os estados receberam, no mesmo período, 5 bilhões de dólares do Fundo de Participação.

Já o senador Eptácio Cafeteira (PPB-MA) informou que iria apresentar requerimento de informações sobre quem deve ao Banco do Brasil, qual o valor da garantia dada, quando a operação foi iniciada e quem a autorizou. Sobre o assunto, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse

que o BB criou uma superintendência de recuperação de créditos, e está lutando para recebê-los.

Valadares acredita que Supremo vai restabelecer CPI dos Bancos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) informou ontem que o Supremo Tribunal Federal solicitou informações ao Senado para apreciar o mandado de segurança apresentado por 17 senadores contra o arquivamento da CPI dos Bancos. Ele enfatizou sua confiança de que o STF irá "restaurar o império da Constituição".

Valadares disse que a tentativa de apurar as mazelas do sistema financeiro nacional através da Comissão de Assuntos Econômicos está frustrando o Legislativo. "Sem os poderes de investigação de uma CPI, nem o de convocar pessoas, os trabalhos da CAE têm sido preju-

dicados pela recusa de comparecimento", disse. Ontem, afirmou o senador, carta dirigida à CAE pelo advogado dos administradores do Banco Nacional, Sérgio Bermudes, destacava exatamente o caráter de não-obrigatoriedade de atendimento ao convite feito pelos senadores.

Segundo Valadares, há ainda depoimentos, como o do ministro Pedro Malan, em que "ele não respondeu às perguntas e fez deboche, re-



Valadares destacou pedido de informações do STF

velando incapacidade democrática para a discussão".

FALHA

Em aparte, o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) disse "ter a impressão" de que

não haverá provimento do mandado de segurança pelo STF. Mas concordou que os constituintes de 88 cometeram "uma falha" ao não darem poder de convocação às comissões permanentes do Legislativo, falha "que pode ser sanada com um projeto de lei".

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) considerou que a negativa dos donos do Nacional de comparecer à CAE mostra que o único caminho para apuração das irregularidades é uma CPI.

Banqueiros não depõem e caso vai a sessão secreta

Requerimento do presidente da CAE, Gilberto Miranda, propõe que o Senado decida o que fazer diante da atitude dos ex-controladores do Banco Nacional perante a Casa

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), decidiu encaminhar ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), requerimento propondo a realização de uma sessão secreta para que o plenário da Casa decida o que fazer diante da recusa dos ex-controladores do Banco Nacional, Eduardo e Marcos Magalhães Pinto, em comparecer à comissão. Os irmãos Magalhães Pinto foram convidados a prestar esclarecimentos sobre os procedimentos contábeis utilizados por aquela instituição financeira.

A decisão de Gilberto Miranda foi tomada a partir de uma intervenção do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que considerou ofensiva a carta encaminhada pelo advogado dos ex-controladores do Nacional, Sérgio Bermudes, à comissão. Simon lembrou que, quando do pedido de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos bancos, foi defendido o argumento de que não era necessária uma CPI sobre as instituições financeiras porque a CAE poderia examinar o assunto. E a CAE não está conseguindo fazer essa investigação, já que as comissões permanentes não têm o poder de convocar cidadãos, podendo apenas convidá-los.

Na carta, Bermudes disse que não está definida, no Regimento Interno do Senado, a competência da CAE para tratar da matéria: "Parece-me, sinceramente, que essa comissão tomou a si o encargo de realizar tarefa que se entendeu desnecessária com a deliberação de não se instalar uma CPI para tratar do mesmo assunto". Bermudes acrescentou que seus clientes estão "ocupadíssimos" na coleta de elementos para esclarecerem, no momento oportuno, a questão do Banco Nacional. E disse que os ir-



Os senadores da CAE discutiram a carta do advogado dos irmãos Magalhães, considerada ofensiva. Os irmãos Magalhães Pinto preferem não atender ao convite da CAE, "inclusive para não se submeterem a situações de constrangimento que a experiência registra em ocasiões semelhantes". Essa parte da carta deixou Simon particularmente indignado. Ele destacou que nunca um depoente foi submetido a constrangimento nas comissões do Senado. Diante da correspondência, o senador José Fogaça (PMDB-

RS) sugeriu que os responsáveis por instituições financeiras sejam incluídos na relação dos que, sob pena de sofrerem punição legal, têm de atender a um convite do Congresso Nacional.

Fraude envolveu muitos, diz KPMG

Na mesma reunião da CAE, foram ouvidos Alceu Landi e Marco Aurélio Maciel, respectivamente presidente e diretor da KPMG-Auditores, empresa que realizava auditorias no Banco Nacional. A partir de uma pergunta de Miranda sobre se existia uma quadrilha no Nacional "para tanta falcatrua", Marco Aurélio disse que os controles internos daquele banco são muito bons, e que, devido à magnitude do rombo na instituição financeira, ao período em que teriam havido irregularidades e à forma como elas teriam sido feitas, tudo leva a crer que muitas pessoas, de diferentes seções, estavam envolvidas na presumida fraude.

Indagado pelo senador Eptácio Cafeteira (PPB-MA), Marco Aurélio informou que a KPMG cobrava do Banco Nacional, por ano, R\$ 500 mil. Cafeteira estranhou que a empresa não tivesse percebido a



Auditores do Nacional prestam depoimento na reunião da CAE

fraude no Nacional, tendo Marco Aurélio afirmado que o trabalho foi feito dentro da boa técnica, com uma equipe altamente qualificada. O diretor da KPMG insistiu em que é muito difícil descobrir uma fraude, que é algo planejado - o que não acontece com o erro.

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) disse não entender como o mercado e a empresa de auditoria não perceberam uma

fraude "da ordem de quase 60% do patrimônio líquido do banco". O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou sobre os procedimentos a partir de agora, e ouviu que eles serão os mesmos adotados até hoje. Também participaram dos debates os senadores Bello Parga (PFL-MA), Ademir Andrade (PSB-PA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Cafeteira quer informações sobre devedores do BB

Inadimplência de R\$ 18 bilhões, anunciada pelo presidente do banco, leva senador a questionar governo sobre nomes de quem deve e não paga, bem como valores dos débitos

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) apresentou ontem requerimento de informações dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para que o Banco do Brasil lhe conceda extensão do sigilo bancário dos devedores considerados inadimplentes pelo BB, "para fins de exame e investigação de possíveis irregularidades". O senador solicita também o fornecimento dos valores das garantias oferecidas pelos devedores, a data do início de cada operação de empréstimo e nome e cargo de quem as autorizou.

Cafeteira considerou "espan-tosas" as declarações do presidente do BB, Paulo César Ximenes, nas quais ele atribuiu o déficit do banco a uma inadimplência de R\$ 18 bilhões e, ao mesmo tempo, afirmou "ser notório que o BB não

verá quitadas as dívidas dos inadimplentes". Na opinião do senador, para o banco receber esses débitos, bastam a aplicação de medidas legais e "vontade de cobrar sem medo de enfrentar inadimplentes importantes", como os órgãos do governo federal, disse.

GOVERNO

Do total das dívidas com o banco estatal, R\$ 5 bilhões são de responsabilidade do governo federal, que gira esse volume de recursos a uma taxa de juros de 6% ao ano, disse o senador, acrescentando que, enquanto isso ocorre, o BB capta dinheiro a juros que variam de 4 a 2% ao mês.

Cafeteira considerou ainda que o BB, como instituição de incremento da produção agrícola no país, "não pode acabar-se por dívidas a receber".



Cafeteira: recebimento de débitos antes do fechamento de agências

Além disso, afirmou, antes de fechar agências e de incentivar demissões voluntárias, a administração do BB deve reaver o que lhe é de direito.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), em aparte, registrou sua perplexidade com a "boataria" de que o BB fechará

a agência de Aquidauana, quinto maior município de Mato Grosso do Sul. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), por sua vez, informou que o Banco do Brasil criou a Superintendência de Recuperação de Crédito e "está jogando pesado" na cobrança de devedores.

Amin pede ajuda para UFSC recuperar-se de incêndio

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) dirigiu ontem apelo ao presidente da República e ao ministro da Educação para que sejam liberados recursos com o objetivo de restaurar o pavilhão do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina, destruído por um incêndio na madrugada do último sábado (dia 13).

Conforme o senador, o incêndio destruiu, além do prédio, importante acervo de conhecimento da universidade. "Salas, computadores, instalações laboratoriais - algumas eram as únicas no estado e no Sul do país -, dispositivos de ensaios, equipamentos mecânicos e eletrônicos de precisão, dados de pesquisa, bibliotecas, tudo acabou em cinzas", comentou.



Amin lamentou a perda do acervo de conhecimento da universidade

Petroleiros: comissão examina veto

Foi instalada ontem pela manhã a Comissão Mista que examinará o veto total do presidente da República ao projeto de lei que anistia as multas aplicadas a entidades sindicais dos petroleiros pelo Tribunal Superior do Trabalho, durante a greve do ano passado. A comissão tem prazo até o dia 30 para apresentar o seu relatório sobre o veto.

Integram a Comissão os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), relator, José Eduardo Dutra (PT-SE), vice-presidente, e José Fogaça (PMDB-RS), e os deputados Jarbas Lima, presidente, José Genoíno e Arnaldo Madeira.

PROGRAMAÇÃO DA TV SENADO PARA HOJE

9h - Agenda do dia
9h30 - Entrevista
10h - Transmissão ao vivo da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

14h30 - Transmissão ao vivo da Sessão plenária.
18h30 - Reapresentação da Sessão plenária.
23h30 - Encerramento das transmissões

Benedita conclama país a enfrentar a impunidade

Senadora destaca criação de fórum e pede que sociedade acompanhe o julgamento dos quatro policiais acusados da morte de oito menores na Candelária

Aprovado projeto que cria Polícia Portuária

O plenário do Senado aprovou na tarde de ontem projeto que autoriza o Executivo a criar a Polícia Portuária, órgão que será subordinado ao Departamento de Polícia Federal. A nova corporação substituirá a atual Guarda Portuária, que é vinculada técnica e operacionalmente à Capitania dos Portos. O projeto, apresentado em 1991 pelo então senador Nelson Carneiro, vai agora ao exame da Câmara dos Deputados.

Os senadores também aprovaram o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.

Foram aprovadas ainda quatro indicações de ministros classistas temporários e suplentes para compor o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e mais cinco mensagens submetendo à deliberação do Senado nomes para membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. Para o TST, na condição de titulares, foram aprovados Galba Magalhães Velloso e Antonio Fábio Ribeiro, e suplentes: Juraci Candeia de Souza e José Bráulio Bassini. Para o Cade o Senado aprovou Gesner José Oliveira Filho, presidente do conselho, e para conselheiros Antonio Carlos Fonseca da Silva, Leônidas Rangel Xausa, Lúcia Helena Salgado e Silva e Paulo Dyrczeu Pinheiro.



Benedita aponta crescimento na violência contra menores

Mauro Miranda defende reeleição em todos os níveis

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu ontem a reeleição em todos os níveis, e com o calendário já modificado para este ano,

com o objetivo de incluir os pleitos municipais. Segundo o senador, o mandato de quatro anos é curto demais para os competentes e longo demais para os incompetentes.

Mauro entende que aprovar a reeleição em todos os níveis é um dever dos homens que têm esse poder e que colocam o espírito público acima de seus próprios interesses. "Quem acredita na democracia não pode descrever da verdade de que o eleitor é o melhor juiz. E a sociedade brasileira tem absoluta consci-



Mauro: país sem política de longo prazo

ência de que a descontinuidade administrativa é a matriz das crises permanentes em que se debatem a União, estados e municípios", disse ele.

O senador afirmou que, em razão da descontinuidade administrativa, "não temos política de longo prazo". Ele disse que o Brasil precisa fazer as pazes com a prática do planejamento de longo prazo e com os grandes projetos de desenvolvimento e de infra-estrutura, abandonados desde que Juscelino Kubitschek deixou o poder, há 35 anos.

A senadora Benedita da Silva (PT-SP) conclamou ontem a sociedade a acompanhar o julgamento, dia 29, dos quatro policiais militares acusados do assassinato de oito menores na chácara da Candelária, no Rio de Janeiro, e "fazer frente à vergonhosa impunidade no país".

Destacando, a propósito, a criação, na capital fluminense, do Fórum Nacional contra a Impunidade, composto por organizações não-governamentais (ONGs), a senadora disse que, além de promover uma ampla mobilização da sociedade, o fórum criou uma comissão técnica que indicará um advogado para atuar como assistente da promotoria no júri popular. Representantes do Ministério da Justiça e do Unicef no Brasil, segundo Benedita, também integraram a reunião de fundação da entidade.

Benedita da Silva apelou à Frente Parlamentar da Criança contra a Violência, composta de parlamentares de todos os partidos, para que se una ao fórum na defesa da lei como instrumento de justiça.

Para Benedita, a importância daquele julgamento está diretamente ligada à impunidade do crescente número de assassinatos de crianças e de adolescentes no país. Conforme pesquisas realizadas por ONGs, entre 1995 e 1996, foram mortos 1.334 menores, número verificado num período de quatro anos, entre 1985 e 1989, sendo que, "nos últimos cinco anos, de 1990 a 1996, foram exterminados quase 4 mil menores", disse.

Suassuna quer aplicar melhor verba na saúde

Senador pede explicação para o fato de os gastos governamentais terem dobrado para o setor, ao mesmo tempo em que piorou o atendimento médico à população

As únicas certezas decorrentes da análise dos dados sobre os gastos públicos na área da saúde são a de que sua aplicação é distorcida e a de que os médicos ganham muito mal no serviço público, afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao defender que "os recursos do poder público sejam transferidos somente para hospitais do governo".

O senador disse que o governo brasileiro investe cerca de R\$ 10 bilhões ao ano em saúde, cerca de 2% do PIB. Os EUA, comparativamente, gastam 18% de seu PIB, o que, a seu ver, leva-



Ney Suassuna: recursos públicos só para hospital público

ria à conclusão de que o problema da saúde no Brasil é de falta de recursos.

No entanto, afirmou Ney Suassuna, os gastos per capita ao ano no país aumentaram de 50 dólares, em

92 e 93, para 100 dólares em 95. "Deve haver uma explicação para este fenômeno em que o governo dobra suas aplicações no setor de saúde e este, paradoxalmente, piora o atendimento", disse.

Para o senador, o diretor da rede de hospitais Sarah Kubitschek, Aloysio Campos da Paz, tem razão ao apontar que o Sistema Único de Saúde (SUS) é dominado pela lógica do lucro, pois paga hospitais conveniados segundo a quantidade de pacientes atendidos e a complexidade da ação médica dispensada. Suassuna admite que pode até haver, de fato, escassez de recursos, mas enquanto houver "a promiscuidade entre os dinheiros públicos e os ganhos particulares, é impossível conhecer a verdade sobre o SUS".

Jefferson pede apoio para a Zona Franca

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) voltou a defender ontem o fortalecimento da Zona Franca de Manaus, ao reportar-se a livro de autoria do prof. Samuel Benchimol que, segundo o parlamentar, "derubou por terra a tese de que a ZFM é um paraíso fiscal e mostra que o Amazonas é um celeiro de divisas".

- Bem ou mal, existe um modelo de desenvolvimento regional que deveria merecer aplausos do governo

federal. No entanto, o que se vê é uma demonstração de má vontade para com a Zona Franca - frisou.

DÍVIDA

Jefferson Peres afirmou que o Amazonas não tem dívida mobiliária e não está com o pires na mão pedindo ajuda ao governo. Ao contrário, assinalou, o estado vai aplicar recursos da ordem de 50 milhões de dólares para pavimentação da estrada federal ligando o país a Caracas, capital da



Jefferson Peres: modelo da Zona Franca é viável

Venezuela.

De acordo com o senador, a carga fiscal no Amazonas é de 960 dólares per capita, 253% a mais do que a do Pará, que é de 286,09 dó-

lares. Do total arrecadado na Amazônia pelo governo federal, segundo acentuou, o Amazonas responde por 52,70%, enquanto o Pará contribui com 28,40%.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando César Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalurre

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal